



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA-PARFOR/CAPES/UEPB

MARIA ROSANNE DA COSTA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
perspectivas e mudanças no processo de educação inclusiva**

GUARABIRA/PB
2015

MARIA ROSANNE DA COSTA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
perspectivas e mudanças no processo de educação inclusiva**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia,
em cumprimento às exigências legais.

Orientador (a): **Prof. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior**

**GUARABIRA/PB
2015**

MARIA ROSANNE DA COSTA

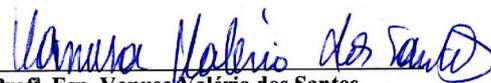
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Avaliado em: 08 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior
(Orientador - UEPB)


Prof. Ms. José Otávio da Silva
(Examinador - UEPB)


Prof. Esp. Vanusa Valério dos Santos
(Examinadora - UEPB)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

C124a Costa, Maria Rosanne da

Atendimento educacional especializado: perspectivas e
mudanças no processo de educação inclusiva / Maria
Rosanne da Costa. – Guarabira: UEPB, 2015.

32 p.

Monografia (Graduação em Pedagogia-PARFOR) –
Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Me. Azemar dos Santos Soares

Dedico essa conquista acadêmica à Deus por tudo que ele representa em minha vida, a minha mãe e familiares.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pelo seu cuidado e zelo, razão da minha existência, pois pra Ele e por Ele são todas as coisas.

Aos meus pais, o senhor *Antônio Fernandes* (em memoriam), a minha mãe *Maria Anália* que através da sua vida me fez acreditar em um futuro melhor.

Aos meus familiares, as minhas irmãs *Maria do Rosário* e *Roseane Costa*, aos meus sobrinhos *Antônio Neto* e *Maria Kaliane* e *Ana* que sempre estiveram presente no meu percurso, enfim, por todos citados por estar sempre ao meu lado, encorajando-me nos momentos difíceis e aplaudindo nos momentos de alegrias, a vocês a minha eterna gratidão.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, o professor *Azemar dos Santos Soares Júnior* por toda orientação, palavras e tempo gasto junto a mim, você sempre foi exemplo de profissional.

Aos professores examinadores: professora *Vanusa Valério* e *José Otávio*, obrigada por nos acompanhar nos estágios supervisionados, o conhecimento e sabedoria de vocês marcaram a minha vida, e aos demais professores o qual ministraram ao longo do curso diversos componentes, serei eternamente grata por cada contribuição.

Ao grupo sem fronteira que ao longo da graduação vivemos e compartilhamos experiência: *Maria Das graças*, *Marcelo Ribeiro*, *Cristiane*, *Serlly Jane* e *Ivanoe*, obrigada pela amizade e por está sempre ao meu lado e ao demais da turma por ter convivido foram quatro anos de inúmeras experiências, nossa turma foi maravilhosa.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar o funcionamento da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Felinto Elizio, no município de Belém-PB. O tema proposto sobre o Atendimento Educacional Especializado e a atuação da educação especial nas escolas propõe uma realidade no contexto escolar, a sala de recurso proporciona melhor aprendizagem para os deficientes por ser direcionada as suas limitações ocasionando um melhor aprendizado cognitivo. A metodologia utilizada foi à pesquisa de campo e bibliográfica que contou com instrumento de pesquisa a formulação do questionário, livros, pesquisa da internet, entre outros. Buscamos conhecer o atendimento educacional especializado na referida escola, apontando a importância da aprendizagem para deficientes oferecida na *sala de recurso* e compreendendo suas possibilidades de aprendizagem através das tecnologias assistivas que compõe maiores resultados para o aluno deficiente. Os resultados mostraram que a sala de recurso descreve um ambiente propício para a aprendizagem dos alunos com deficiências, a investigação realizada com dez alunos mostra que a aprendizagem através das tecnologias assistivas, o lúdico entre outros recursos são instrumentos adequados para compor maiores resultados de forma a contribuir para compor a apropriação do conhecimento desses alunos com deficiência.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de recurso, deficiente.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze the functioning of the Educational Service Specialized room (ESA) of the State Elementary School Felinto Elizio in the city of Belém-PB. The theme proposed for the Educational Service Specialist and the performance of special education in schools proposes a reality in the school context, the resource room provides better learning for the disabled to be directed their limitations resulting better cognitive learning. The methodology used was the field research and literature that featured research tool to formulate the questionnaire, books, the internet research, among others. We seek to meet the specialized education in this school, pointing out the importance of learning disabled offered in the resource room and understanding their learning opportunities through assistive technologies that compose greater results for the disabled student. The results showed that the resource room describes an enabling environment for the learning of students with disabilities, research conducted with ten students shows that learning through assistive technology, recreational and other resources are adequate instruments to compose greater results in order to contribute to compose the appropriation of knowledge of these students with disabilities.

Keywords: Educational Service Specialist (ESA), resource room, deficient.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. | EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL..... | 13 |
| 2.1 | Contribuições Práticas Sobre o Atendimento Educacional Especializado | 17 |
| 2.2 | A Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado..... | 18 |
| 2.3 | Contextos Históricos da Educação Especial na Paraíba..... | 19 |
| 3. | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 22 |
| 3.1 | Caracterizações da pesquisa..... | 22 |
| 3.2 | Contextos de Pesquisa, População e Amostra..... | 22 |
| 3.3 | Instrumentos de Coleta de Dados..... | 23 |
| 3.4 | Análises Dos Dados | 23 |
| 4 | DISCUSSÃO | 23 |
| 4.1 | Resultados | 24 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| | REFERÊNCIAS | 30 |
| | APÊNDICE I | 32 |

1 INTRODUÇÃO

O indivíduo com deficiência vive constantemente preconceitos históricos, políticos, sociais e econômicos, esses aspectos predominaram em cada período da humanidade, e foram determinantes para identificar os lugares por onde transitaram e ainda transitam as pessoas com deficiência na sociedade. Vários campos de estudos evidenciam episódios excludentes em seu contexto vivenciado através da falta de respeito, imputação, falta de capacidade, entre outros aspectos que leva os deficientes a serem mal compreendidos tornando alvos de chacota em inúmeras ocasiões.

Nessa contemporaneidade, a educação especial vem sendo priorizada em várias áreas, principalmente na dimensão da saúde, educação e esporte, nesse sentido, as pessoas com deficiência estão sendo vistas de forma diferenciada dentre suas limitações. Esses aspectos contribuem para um melhor desempenho dos mesmos, onde os próprios profissionais combatem o preconceito ainda existente, como resultado, suas limitações vão sendo trabalhadas de forma que compõe um melhor resultado atribuído ao processo de aprendizagem.

O profissional enfrenta uma dificuldade na elaboração de um plano de atendimento quanto à falta de recursos pedagógicos adequados, embora a constituição garanta o direito do aluno com necessidades especiais esteja incluso na sala de aula, não há disponibilização de recursos e nem interesse dos profissionais.

Sou graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná, diante dessa realidade, despertou o interesse por novos conhecimentos na área do ensino infantil ocasionando novas oportunidades em que pude participar de uma Formação Continuada em Libras na FUNAD e Atendimento Educacional Especializado na Universidade Federal Santa Maria de Uberlândia à Distância. Como concluinte do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB ocasionou novos conhecimentos na área do ensino infantil, no qual contribuiu de forma significativa para o fortalecimento profissional.

À primeira oportunidade de emprego fui desafiada a trabalhar na sala de recurso de uma escola na da *Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Elói Leite* no Município de Logradouro-PB. A princípio optei pela questão financeira, com o passar dos tempos entendi que essa proposta iniciaria a minha trajetória profissional na Educação Especial, mal sabia que, por meio dessa decisão apaixonaria pelo universo da educação especial.

A escolha do tema se deu a partir de um olhar acadêmico sobre a organização e efetivação da educação especial nas escolas públicas, como é a vivência dessas pessoas na instituição e qual a importância dessa modalidade de ensino para a comunidade escolar. Trabalhar na sala de recurso é um privilégio e uma missão difícil, conviver com alunos que a escola não acredita no seu potencial e que muitas vezes permite a presença dos mesmos no ambiente escolar por cumprimento da lei, ao mesmo tempo, ter a oportunidade de contribuir para novas descobertas dos mesmos, tanto no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social é uma experiência riquíssima e que me enche de orgulho em atuar na sala de recurso. Sei que os conhecimentos que tenho na minha formação é o mínimo e que existe um longo percurso que tenho que trilhar dia após dia para ser uma profissional capacitada e realizar com êxito a minha prática.

O tema proposto sobre o Atendimento Educacional Especializado e a atuação da educação especial nas escolas propõe uma realidade no contexto escolar em muitas localidades, logo, são disponibilizados recursos tecnológicos e pedagógicos que compõe os elementos da sala de recursos, em contrapartida, o que são destinados a essa sala tornam-se disponíveis ao uso de funcionários da própria instituição para outras atividades, dificultando um atendimento ao aluno, onde deveria ser aproveitada em plena totalidade como foco de aprendizagem aos alunados.

A presente pesquisa se justifica pela oportunidade, relevância e originalidade do estudo proposto.

Acredita-se que discutir um tema atual e de suma importância na área acadêmica é de muita relevância ser pesquisado por profissionais da área pedagógica, uma vez que, em maio de 2013 empresas de auditoria foram denunciadas à Justiça por descumprimentos de normas pertinentes as suas atividades, cujo desfecho pode causar um precedente importante no negócio de auditoria no Brasil, segundo profissionais da área. Assim, a repercussão nacional alcançada por estes últimos acontecimentos, sendo pauta de várias matérias tanto de jornais como de revistas, caracteriza o estudo como oportuno.

O objetivo geral dessa pesquisa é conhecer o atendimento educacional especializado na *Escola Estadual Ensino Fundamental Felinto Elizio*, assim como, apontar a importância da aprendizagem para deficientes oferecida na sala de recurso e compreender suas possibilidades de aprendizagem através das tecnologias assistivas que compõe maiores resultados para o aluno deficiente alternativas para seu atendimento educacional no sistema regular de ensino,

Diante do assunto tratado no decorrer da pesquisa questiona-se: O atendimento na sala de recurso para alunos com deficiência é direcionado a promoção de atividades, a fim de ampliar as concepções cognitivas facilitadoras da aprendizagem tornando seu desenvolvimento mais eficiente?

Para o bom entendimento o trabalho foi dividido em três capítulos, são elas, respectivamente: referencial teórico que elucida o que outros pesquisadores pensam a respeito do referido tema;

No *primeiro capítulo* será trabalhada a trajetória da educação especial, bem como, os marcos legais que asseguram o direito da pessoa com deficiência está incluída no ambiente escolar, conseqüentemente a proposta do atendimento educacional especializado e uma breve apresentação das escolas na qual fará parte da pesquisa.

O *Segundo Capítulo* a pesquisa será realizada na *Escola Estadual de Ensino Fundamental Felinto Elizio* no município de Belém-Pb. Podemos considerar que a escola é de médio porte, tendo seus três turnos funcionando, incluindo o atendimento educacional especializado, este sendo o foco da pesquisa. O atendimento educacional especializado na instituição conta com uma professora, na qual será o objeto de pesquisa junto com os alunos com deficiência, o método da pesquisa será por meio de questionário tanto para a professora como o aluno.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Desde as sociedades primitivas é possível perceber o histórico de não aceitação do ser humano diferente, ou seja, nesta época qualquer tipo de deficiência tornava o indivíduo incapaz de realizar certas tarefas, ou até mesmo serem vistos de maneira diferenciada perante a sociedade, este processo se dava por questão da sobrevivência, pois como era difícil encontrar meios de subsistência principalmente em sociedades nômades, a situação era agravada com a existência de especiais. Com o tempo, isto foi se enraizando na sociedade, e hoje é motivado por motivos estéticos, no Brasil. (JANNUZZI, 2004).

Maria Costa (2009, p. 15) nos diz que: “No Período Imperial, pouca atenção se dava aos considerados pessoas anormais. Sua delimitação era feita apenas nos casos mais visíveis, nos casos em que essas pessoas representavam de alguma maneira perigo para a ordem social, que era escravocrata e agrária”.

O modo como a sociedade trata estas especialidades chegou à sala de aula na mesma medida em que foi erroneamente reproduzida pelos docentes. No entanto, a pedagogia e a lei ultimamente vêm pedindo mudanças. Conforme Maria Costa (2009, p. 15) comenta:

O método montessoriano, que enfatiza motivacional do deficiente, começou também a influenciar as teorias científicas e educacionais a respeito da deficiência mental difundiram-se mundialmente, incorporando-se a muitas instituições e práticas pedagógicas.

Crianças com deficiência são aquelas que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, para que possam atingir todo seu potencial. Essas limitações podem advir de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis.

A educação inclusiva marca o lugar da diferença, ao conviver com limitações humanas mais evidentes ou menos claras. Atuando em escolas comuns e especiais, descortinamos um horizonte de diversidade com suas imagens, representações e fantasmas. A deficiência não deve ser tomada, isoladamente, como obstáculo ou impedimento que impossibilita o pleno desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa. As restrições decorrem das estruturas excludentes e das condições objetivas dos diversos campos de atuação do contexto social. As escolas especiais, em nosso país, têm se tornado um dos mecanismos preferenciais dessa

sociedade seletiva. Acolhendo um universo restrito de educandos, tais instituições legitimam ambientes segregadores de aprendizagem (MAZZOTTA, 1996).

No final da década de 1980, iniciava-se um movimento chamado “inclusão”, ou seja, uma ação que tinha como princípio a igualdade de oportunidade nos sistemas sociais. Esse movimento incluiu também o âmbito do sistema educacional como princípio o direito de alunos com deficiência frequentarem a escola regular e a valorização das diferenças vivenciadas no espaço escolar (SASSAK, 1997).

As Políticas Públicas Brasileiras têm reorganizado a *Educação Especial* na perspectiva da inclusão, isto é, as pessoas consideradas público alvo da Educação Especial deve estar no ensino comum, pois a modalidade da *Educação Especial* é caracterizada para oferecer apoio e serviços de forma complementar/suplementar, visando garantir a participação e a construção da aprendizagem desses alunos na escola regular.

É importante entender a atual política da *Educação Especial*, seus documentos nacionais e internacionais que fundamentam como se constitui essa modalidade, para tanto iremos pontuar quatro dispositivos normativos a fim de delinear, brevemente, a forma como as políticas públicas foram sendo pensada e construída em direção à educação inclusiva.

O documento inicial da análise é a *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*, promulgada em 1988. Esse documento, no seu artigo 5º assegura, o princípio de igualdade, dispondo que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, se garantido aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a prioridade” [...]. (BRASIL, 1988, p.2).

A constituição ainda garante no seu artigo 205, que a educação é direito de todos os cidadãos e dever do Estado e família.

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.85).

Além de garantir o direito de todos à educação a Constituição Federal estabelece ainda, no Artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ofertada pelo Atendimento Educacional Especializado pelo Estado no Art.208, inciso

III. De acordo com o disposto nesse inciso esse atendimento deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal estabelece, portanto, o direito à educação a todos os alunos, tendo como princípio de igualdade, assegurando ainda o Atendimento Educacional Especializado, assim, todo aluno independente de suas condições psicológicas, físicas, motoras, devem estar matriculado no ensino regular, a instituição não pode negar a matrícula e nem muito menos discriminar qualquer um pela razão citadas acima.

A *Declaração Mundial de Educação para Todos*¹, aprovada em Jomtien na Tailândia, em 1990, é o segundo documento normativo, essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. No seu artigo 3º ela aborda a universalização do acesso à educação dos alunos com deficiência, esse documento assegura as necessárias medidas para garantir a igualdade de acesso das pessoas com deficiência no sistema educacional.

Continuando a análise dos marcos normativo, não poderíamos deixar de citar a *Declaração de Salamanca*² promulgada em 1994. Esse documento reafirma o compromisso com a proposta de Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e importância de oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos com deficiência no sistema de ensino regular. O princípio orientador para a estrutura da *Educação Especial* dessa política é que as escolas: “[...] deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.” (BRASIL 1994, p.3). Compreendemos que a *Declaração de Salamanca* tem seu princípio orientador proporcionar um desafio para educação inclusiva lançando as escolas, com o objetivo de que devem acolher e ensinar a todos os alunos.

O último documento que apresentaremos são as atuais *Diretrizes da Educação Especial*³ chamada da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa convenção sancionada pelo Brasil através do Decreto Nº186/2008, que aprova o texto da

¹Declaração Mundial de Educação para todos, aprovada em Jomtien, Tailândia em 1990. Tendo como princípios norteadores o enriquecimento e desenvolvimento da educação e o enriquecimento dos valores culturais morais e comuns.

²Declaração de Salamanca em 1994. Reafirma o compromisso com a Educação, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento da educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e a permanência dos mesmos na instituição, bem com a prática regida nesse documento.

³Decreto Nº186/2008. Esse decreto vem regulamentar o atendimento educacional especializado como função complementar do ensino regular, considerando os recursos de acessibilidade na educação assegurando as condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência.

Convenção e seu Protocolo Facultativo assinados em Nova Iorque, em 30 de Março de 2007, e do Decreto Nº 6.949/2009, que promulga a Convenção e o Protocolo Facultativo (BRASIL, 2009).

No que se trata da Educação o Artigo 24 dessa Convenção reconhece a educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência participante no sistema educacional inclusivo. Ainda neste artigo diz que os Estados devem assegurar que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; e) Efetivas medidas individualizadas de apoio sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2009.p.14).

Esse documento afirma o direito de todos os alunos frequentarem o ensino regular, não havendo discriminação por motivo da sua deficiência. É notável que a garantia do direito e o apoio necessário no sistema educacional deve ser facilitador na aprendizagem dos sujeitos participantes.

Após a breve análise desses documentos, que procuram assegurar o direito de todos os alunos frequentarem e permanecerem no ensino regular e receberem o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, compreendemos que as políticas visam proporcionar uma melhor educação para aqueles com deficiência, mas, na realidade as instituições públicas ainda precisam ser reestruturadas desde a acessibilidade até ao *Projeto Político Pedagógico* para a efetivação dos direitos assegurado por cada declaração e decreto analisado anteriormente.

2.1 Contribuições Práticas Sobre o Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado (AEE), é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é diferente do ensino regular, a fim de suprir as necessidades dos alunos no contra turno e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. Essa modalidade são exemplos práticos de atendimento educacional especializado: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, à orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros (BATISTA, 2006).

O professor em sala de aula fará o atendimento educacional especializado, em junto com o aluno, esse vínculo construído entre professor e aluno conduz a benefícios que conduz um aprimoramento através do conhecimento adquirido, nesse sentido, a identificação das barreiras que ele enfrenta no contexto educacional comum e que o impedem ou o limitam de participar dos desafios de aprendizagem na escola. Identificando esses "problemas" e também identificando as "habilidades do aluno", o professor pesquisará e implementará recursos ou estratégias que o auxiliarão, promovendo ou ampliando suas possibilidades de participação e atuação nas atividades, nas relações, na comunicação e nos espaços da escola.

A sala de recursos multifuncional será o local apropriado para o aluno aprender a utilização das ferramentas de tecnologia assistiva, tendo em vista o desenvolvimento da autonomia. Não poderemos manter o recurso de tecnologia assistiva exclusivamente na sala multifuncional para que somente ali o aluno possa utilizá-lo. A tecnologia assistiva encontra sentido quando segue com o aluno, no contexto escolar comum, apoiando a sua escolarização. Portanto, o trabalho na sala se destina a avaliar a melhor alternativa de tecnologia assistiva, produzir material para o aluno e encaminhar estes recursos e materiais produzidos, para que eles sirvam ao aluno na escola comum, junto com a família e nos demais espaços que frequenta (SCHLUNZEN, 2000).

✦ Ainda Schlunzen (2000) entende que a aprendizagem no trabalho de tecnologia assistiva na perspectiva da educação inclusiva propõe: a) A tecnologia assistiva numa proposição de educação para autonomia; b) A tecnologia assistiva como conhecimento aplicado para resolução de problemas funcionais enfrentados pelos alunos; e c) A tecnologia assistiva promovendo a ruptura de barreiras que impedem ou limitam a participação destes alunos nos desafios educacionais.

Portanto, nesse contexto, docentes e discentes constroem a possibilidade de compreender suas relações com o mundo compreendendo de forma mais abrangente, não mais como realidade estática, mas como realidade em transformação, em processo; assim, são estimulados a enfrentar a realidade como sujeita da ação no sentido de adquirir, a saber, verdadeiramente transformadora da realidade.

2.2 A Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmar o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, com objeto de combater o paralelismo da Educação Especial ao ensino comum, sendo essa instituída como modalidade de ensino. O texto desse documento pontua que a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular. (BRASIL, 2008).

Portanto, a Educação Especial é considerada transversal, pois atua desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, realizando o Atendimento Educacional Especializado, esse atendimento é definido na política da seguinte maneira:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas

á escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas á autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008).

Dessa forma, o AEE é composto por um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, oferecido de forma complementar ou suplementar á escolarização dos alunos público alvo da Educação Especial, matriculados nas salas do ensino regular. A dinâmica desse atendimento pode ser individual ou em grupos pequenos, em contra turno do horário para não haver impedimento ou dificuldade em relação à frequência no ensino regular. Os objetivos do AEE de acordo com o Decreto N° 7.611/2011 dispõem:

Art.30- São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II- Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e;
- IV- Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011).

Assim, o Atendimento Educacional Especializado é estabelecido como um serviço que opera na oferta de recursos de acessibilidade que visam a participação e a aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial. O professor do AEE trabalha com o objetivo de eliminar barreiras de aprendizagem e assegurar as condições para a continuidade nos estudos dos alunos.

2.3 Contextos Históricos da Educação Especial na Paraíba

Na Paraíba o atendimento as pessoas com deficiência é iniciado no dia 16 de março de 1944. É surgido por meio da criação do *Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha*, com caráter filantrópico às pessoas com deficiência visual na Paraíba, como também aos Estados vizinhos Rio Grande do Norte e Pernambuco.

No que se refere ao atendimento das pessoas com deficiência mentais e auditivas, foi criado por meio de um decreto n° 531 de 28 de maio de 1957, a Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais, com o intuito de proporcionar melhores condições de vida e, principalmente, assegurar-lhes o desenvolvimento das potencialidades e o direito cidadão.

Em 03 de Dezembro de 1973, foi inaugurada a Escola de Educação Especial, composta por professores da APAE e especialista da área, a instituição educacional tinha como desígnio promover a inclusão dos alunos com deficiência, na sociedade, por meio de atividades pedagógicas que proporcionasse o desenvolvimento cognitivo e da psicomotricidade. Realizava atividades para educação profissionalizante, para lhe garantir a cidadania.

Em 1º de março de 1977 a Coordenadoria de Educação Especial (CODESP) pela Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado da Paraíba, através do decreto nº 7.949, sob a responsabilidade de administrar o atendimento da Educação Especial dando suporte e garantindo a eficiência na prática tanto no aspecto técnico, pedagógico e financeiro.

Em 18 de Dezembro de 1989, a Lei nº 5208 regulamenta a criação do Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD), que tinha como finalidade, segundo Araújo Júnior (2007. P.44), “habilitar, reabilitar, profissionalizar, inserir no mercado de trabalho, desenvolver programas de prevenção e capacitar recursos humanos”. O autor ainda pontua que, além da habilitação e da reabilitação:

A instituição proporciona assessoramento e atendimento, através de aquisição do passe livre, para que os deficientes tenham acessos aos transportes coletivos, orientações jurídicas, laudos médicos, encaminhamento aos alunos ao mercado de trabalho e ao benefício do atendimento contínuo. A FUNAD desempenha outras funções como, cursos profissionalizantes e de capacitação, além do acompanhamento aos alunos com deficiência, incluídos nas escolas regulares, tornando possível sua permanência na vida escolar e social. (ARAÚJO JÚNIOR, 2007. p.46).

A FUNAD proporciona cursos e capacitações destinados a professores que estejam no processo de inclusão das pessoas com deficiência. Já no âmbito do social, vem desenvolvendo cursos de qualificação profissional para as pessoas com deficiência e desenvolvendo programas educativos, promovendo esclarecimentos sobre as causas e as conseqüências das deficiências. No ano de 1991, a FUNAD substituiu a CODESP e passou a administrar a Educação Especial no Estado da Paraíba, após dois anos dessa mudança foi criada pela

presidência da FUNAD a Assessoria de Educação Especial (AEE), a fim de coordenar e desenvolver ações referentes à Educação Especial, em conjuntos com as demais instituições.

A partir de 1990, com a política pública educacional voltada para a inclusão, às secretarias tanto Municipal como Estadual da Paraíba se movimentaram, por meio de projetos de inclusão social e educacional, visando implantar mudanças favoráveis para atender as pessoas com deficiência no ensino regular e possibilitando a valorização e a garantia do direito da cidadania. De acordo com Brandão (1998. p.75) "[...] para cada um de nós, a primeira cidadania está em reconhecer-se e se fazer um criador pessoalmente participante da construção de seu próprio saber e, a uma só vez, um agente ativo e criativo de seu próprio e compartilhando aprender". As pessoas com deficiência têm direitos e deveres e, sobretudo, a inclusão social garante o reconhecimento como seres humanos, pessoas capazes de interagir, sentir e desenvolver-se de maneira holística, rompendo assim as ideologias que foram construídas ao longo da história.

É notório que ainda existam barreiras para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, pois falta de assistência pedagógica, física e até emocional produz desânimo e mais do que isso, muitas vezes a comunidade escolar não está preparada para essa nova roupagem do sistema de ensino. Nesse mesmo contexto, o despreparo profissional ainda é um empecilho para a efetivação da inclusão no ambiente escolar para pessoas com deficiência, induz a uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e sobre a educação para todos. Já que a educação pública preza a qualidade e a valorização dos educandos independentes de sua limitação seja ela física, motora ou cognitiva para que eles se tornem protagonistas na construção do conhecimento, dos valores éticos e da cidadania.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os meios pelos quais o trabalho será desenvolvido, abrangendo as etapas desde o início até a análise de resultados e respectiva conclusão. Assim, para uma melhor compreensão e ordenação do trabalho, esta seção foi dividida em 4 partes: caracterização da pesquisa, contexto de estudo, da população e da amostra, instrumento de pesquisa e análise dos dados.

3.1 Caracterizações da Pesquisa

Este trabalho, quanto aos fins, caracteriza-se como sendo uma pesquisa Exploratória e Bibliográfica. Visa-se explorar o tema e enfatizando a ótica de futuros Pedagogos. Assim, a pesquisa se justifica como sendo exploratória, pois visa proporcionar maiores informações sobre o tema, abordando um novo enfoque sobre o assunto tratado (ANDRADE, 2002).

Quanto aos meios, caracteriza-se como bibliográfica e levantamento de campo, pois faz uso de livros, artigos publicados em revistas, materiais disponíveis na internet, os quais se caracterizam como fontes bibliográficas (GIL, 1999).

3.2 Contextos de Pesquisa, População e Amostra

A pesquisa será realizada na *Escola Estadual de Ensino Fundamental Felinto Elizio* no Município de Belém-PB, que oferta o ensino infantil e fundamental nos turnos manhã e tarde.

A população da presente pesquisa é formada por 10 alunos do Fundamental, entretanto, é relevante que se conheça a estrutura da escola constituída por 250 alunos divididos em dois turnos. Sua estrutura física disponibiliza de seis salas de aulas, uma sala de informática, uma sala de cantinho da leitura, sala de informática, diretoria, secretaria, cozinha refeitório e três banheiros. Os funcionários ativos e contratados são 16 professores, 1 gestora, 1 vice diretora, 2 merendeiras, 6 auxiliares e 6 vigias.

A amostra da pesquisa será embasada sobre os aspectos observados entre 10 alunos com deficiência mental, visual e auditiva, em que serão colhidos os dados pesquisados.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Na coleta dos dados se utilizou um questionário (APÊNDICE A), composto por duas partes. A primeira, intitulada de “caracterização do respondente”, contendo três questões objetivas, visando caracterizar os alunos pesquisados e identificar o nível de contato com a área da sala de recurso. Para responder essas questões, disponibilizou-se aos respondentes três alternativas mutuamente excludentes: sim, não.

A segunda parte teve o propósito de saber o nível de conhecimento dos alunos em sala de aula, quais as contribuições em nível de conteúdo aplicado através dos recursos disponível na sala de recurso.

3.4 Análises Dos Dados

Nos dados coletados, utilizou-se de um questionário utilizado para coleta de dados do assunto tratado no qual possibilitou extrair resultados através do confronto das variáveis contidas no questionário para melhor apresentação dos resultados utilizados na pesquisa.

3.5 Discussão

O atendimento educacional especializado na Escola Estadual de Ensino Fundamental Felinto Elizio funciona de segunda a quinta-feira, nos turnos (manhã e tarde). Entretanto, na sexta-feira é o dia que atribuído para o planejamento dos atendimentos.

A E.E.E.F. Felinto Elizio em sua estrutura física encontra-se adequadamente propicia para o atendimento dos alunos no desenvolvimento de atividades, realizadas com o apoio de recursos de tecnologia assistiva. Essa prática pedagógica visa uma melhor aprendizagem para alunos com deficiências.

O atendimento na sala de recurso é direcionado a promoção de atividades, a fim de ampliar as concepções cognitivas facilitadoras da aprendizagem. Nesse sentido, o aluno com diferentes deficiências consegue assimilar de forma satisfatória aumentando os diversos campos do conhecimento, ou seja, o atendimento para desenvolvimento atribuído ao lúdico frente às diferentes situações no contexto escolar.

A pesquisa de campo foi realizada de forma acadêmica, na qual tornou possível um maior entendimento sobre a questão abordada. Nesse sentido, foram distribuídos questionários para a professora e em seguida aos alunos.

A princípio ocorreu um breve reconhecimento da escola em seguida iniciou-se a entrega do questionário a professora que respondeu as perguntas. Logo após, houve o reconhecimento da sala de recurso, em que foi conhecida sua instalação e organização, quando os alunos chegaram à sala de aula, foi levada a sala de recurso e após uma breve apresentação da minha presença no atendimento, foi entregue aos alunos o questionário dessa pesquisa.

A ampliação dessas estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais possibilita maior interação entre os estudantes, o que promove a construção coletiva de novos saberes na sala de aula, em contra partida, o espaço recreativo atribuído ao atendimento como prática do professor especifica a alunos, deve reconhecer através de cada encontro se observa as atividades o possível desenvolvimento individualizado nas interações sociais, comportamentais e cognitivos de acordo com os objetivos traçados no planejamento proposto.

3.6 Resultados

A pesquisa realizada na *Escola Estadual Ensino Fundamental Felinto Elizio* foi construída de forma a contemplar a real situação do atendimento prestado na Sala de Recurso por alunos com deficiências.

Diante desses aspectos, a princípio, ao dialogar com os alunos que estavam em atendimento, pude observar a interação com os alunos entre si, compartilhando na hora dos jogos, ou até mesmo ajudando uns aos outros de forma fraternal, tendo em vista que, segundo a professora nem sempre o atendimento é realizado com os alunos da sala em sua totalidade, logo, faz parte do planejamento que os alunos sejam assistidos em sessões com cerca de dois ou três alunos por dia de atendimento.

Para os alunos, segundo eles, no atendimento educacional especializado, o quanto eles aprendem e gostam de cada momento planejado e conseqüentemente a felicidade em participar das aulas lúdicas, como também poderem conhecer novos recursos que antes eles não tinham e que por muitas vezes achavam se incapazes.

Quanto à professora responsável pelo atendimento educacional especializado, como Pedagoga e Especialista em Psicopedagogia, considera de suma importância a competência docente nessa área. A mesma complementa afirmando que sua atuação na sala de recurso tornou-a uma profissional apaixonada pelo que faz, relata que sempre busca por novas práticas, visando novas estratégias para compor um melhor desenvolvimento dos seus alunos.

E por fim, a sala do atendimento educacional especializado é equipada desde materiais pedagógicos (foto 01) até as tecnologias assistivas (foto 02), é um espaço aconchegante, com recursos em bom estado, é uma sala climatizada, e bem estruturada com cerâmica, forro de gesso e de boa localização acessível aos alunos em atendimento e também a comunidade escolar (foto 03). Apresentada a seguir para melhor entendimento da sala de recurso que foi pesquisada.



Foto 01

Os jogos pedagógicos que são destinados ao atendimento educacional especializado vêm diretamente do MEC, onde para cada jogo há um objetivo a ser desenvolvido com a criança, e conseqüentemente, a ajude a ter sua dificuldade trabalhada com êxito. É por meio do estudo de caso e do laudo do aluno que o professor do AEE traça quais os jogos serão utilizados para estimular a aprendizagem do aluno.



Foto 02

As tecnologias assistivas são de grande importância no atendimento, pois a maioria do público que é atendido não tem contato com o mundo virtual, muitas vezes pelo fato da sua deficiência, é bom pontuar que os computadores e notebooks que chega à sala de recurso já vêm com software destinando com objetivo do desenvolvido da criança no processo de ensino e aprendizagem.



Foto 03

O espaço físico acolhedor faz toda a diferença na participação dos alunos no atendimento educacional especializado, uma sala em boas condições, limpa e adequada nos repassa que a efetivação do atendimento é encarada de forma responsável. Sabemos que existe um caminho ainda a ser percorrido para melhorar o atendimento educacional especializado, mas a exemplo dessa pesquisa compreendemos que quando a escola tem responsabilidade em benefício do desenvolvido do aluno, as coisas são feitas de boa qualidade e o resultado é o que vimos: alunos desenvolvendo suas potencialidades, alunos sendo respeitados no ambiente escolar, independente da sua limitação, e mais do que isso, um ambiente acolhedor e menos excludente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referente pesquisa tratou de um assunto discutido no campo Pedagógico por se tratar da aprendizagem de alunos com deficiências. Nesse sentido, a temática mostrou de forma didática e prática o trabalho pedagógico realizado pelo professor especializado na Sala de Recurso, bem como deve constituir um conjunto de procedimentos específicos visando uma melhor aprendizagem com o uso de tecnologias e o lúdico de forma a desenvolver os processos cognitivos, motores e efetivos do aluno com deficiência.

Como pesquisadora, construir informações teóricas, bem como elaborar essa pesquisa de campo atribuiu mútuos conhecimentos acadêmicos, entretanto, compreendi a necessidade de um maior desempenho como profissional, sabendo que o esforço direcionado a melhorias na aprendizagem dos alunos com deficiência torna mais específica por serem atendidas em ambiente propício as suas necessidades.

Diante desse contexto, como professora atuante na área, compreendi de forma mais aprofundada que, como profissional, devo elaborar o planejamento pedagógico de forma individual, com metodologia e estratégias diferenciadas para atender as necessidades de cada aluno.

Nesse viés, o trabalho realizado na Sala de Recursos deverá ser complementado ainda com estratégias de aprendizagem associados juntamente com a equipe pedagógica da escola, nas adaptações curriculares, avaliações e metodologias que serão utilizadas pelos professores a fim de, tornarem estimulados a novas descobertas escolares e ao mesmo tempo sendo capacitados para o convívio social e familiar a partir de uma convivência com outros alunos, logo, torna possível compartilhar brincadeiras entre si, tornando um ambiente fraternal para alunos com deficiência.

Sugere-se como contribuição para futuros estudos, discutir os fatores estratégicos que compõe uma didática acessível que possibilite a realização de oficinas para professores do AEE com práticas que sistematizam e selecionam o uso dos recursos adequados para cada aluno, essas ações ampliariam as possibilidades de atuação do professor frente às necessidades do alunado com deficiência.

E por fim, ressalta-se que para desempenhar o papel de um profissional pedagógico, torna necessário cumpri-lo com excelência, para que possa estimular e incentivar o desenvolvimento das atividades em sala de aula, de forma a favorecer cada vez mais o

aprendizado, e com isso, possa proporcionar aos alunos uma melhor qualidade no ensino aos alunos com deficiências.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para o curso de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO JÚNIOR, Rusiel Paulino de. **A educação musical como perspectiva para a inclusão escolar da pessoa com deficiência**. João Pessoa, 2007. p. 157. Dissertação (Mestrado em educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE- Universidade Federal da Paraíba, 2007.

BATISTA, C. A. M. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem /Tailândia, 1990.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental. Brasília, MEC/ SEESP, 2005b.

_____. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB regulamenta a Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2007.

_____. Decreto n 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: MEC, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria De Educação Especial, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf Acesso em: 02 Jul 2015.

GONZAGA, A. K. de Souza. **O Processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência e a Educação Infantil: Um Estudo de Caso na Escola de Educação Básica**. Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE- Universidade Federal da Paraíba, 2010.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Editora Autores Associados Ltda, 2004.

PIAGET, Jean (1976), **A Equilíbrio das Estruturas Cognitivas – problema central do desenvolvimento**. Tradução: Marion M. dos Santos Penna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHLÜNZEN, E. T. Moriya. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente contracionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. Tese (Doutorado em Educação) – PUC – São Paulo, 2000.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICE

APÊNDICE I QUESTIONÁRIOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB

CURSO DE LICENCIATURA DE PEDAGOGIA- PARFOR

DISCENTE: MARIA ROSANNE DA COSTA

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR

- 1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos é utilizado com frequência pelos alunos? Justifique sua resposta.**

Sim Não

- 2. Os Recursos Pedagógicos oferecidos de forma complementar a escolarização dos alunos com deficiência no Ensino Fundamental Infantil contribui de forma significativa para o processo de aprendizagem. Justifique sua resposta.**

Sim Não

- 3. A Sala de Recurso Multifuncional está adequada em sua infraestrutura física de acordo com as necessidades obtidas pelos alunados com deficiência? Como Professora vem obtendo resultados na consolidação da aprendizagem?**

() **Sim** () **Não** ()



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB

CURSO DE LICENCIATURA DE PEDAGOGIA- PARFOR

DISCENTE: MARIA ROSANNE DA COSTA

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO

I. As atividades realizadas na Sala de Recursos constitui uma aula prazerosa em que você aprende de forma lúdica tornando mais fácil a aprendizagem?

() Sim () Não ()

II. Você está satisfeito com a duração das atividades desempenhada na Sala de Recursos, ou na sua opinião deveria ser ampliada a duração do atendimento?

() Sim () Não ()

III.Em relação a prática desenvolvida na sala de aula, a Professora aplica sua aula de forma compreensível facilitando a aprendizagem?

() Sim () Não ()